

AS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E A MINERAÇÃO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO: CARACTERÍSTICAS, CONFLITOS E POSSÍVEIS SOLUÇÕES

Ana Cecília Barbosa dos Santos*, Rodrigo Stutz Salgueiro
Departamento Nacional de Produção Mineral

A mineração, à exceção do petróleo, não é atividade econômica de destaque no estado, mas ainda assim no 2º semestre de 2016 o Rio de Janeiro representou estoque de 4,3% de toda mão-obra da mineração nacional¹. Se as características geoambientais do estado não favorecem a mineração, há nela um incentivo para criação de Unidades de Conservação da Natureza-UCN. Diante dos conflitos existentes entre a mineração, potencialmente poluidora e as UCNs, a Procuradoria Geral no DNPM emitiu pareceres, estabelecendo procedimentos administrativos, considerando que a Lei 9985/2000 dividiu as UCNs em dois grupos, com características específicas: Uso Sustentável e Proteção Integral. À priori, permite-se mineração apenas em UCNs de Uso Sustentável, exceto em Reservas Extrativistas e Reservas Particulares do Patrimônio Natural. O DNPM não exige documentação ambiental prévia à outorga de Alvarás de Pesquisa nas UCNs, presumindo que o requerente/titular atendeu às restrições e condições estabelecidas pelo órgão ambiental competente. A outorga do título autorizativo de lavra é precedida de licença de instalação, sendo esperado que o órgão gestor da UCN tenha sido consultado pelo licenciador. Para a implementação correta da gestão da mineração em UCNs é fundamental que o DNPM possua uma base de dados georreferenciada confiável dos espaços protegidos. Neste contexto, há especial dificuldade na alimentação de dados em função da ausência de intercâmbio com órgãos ambientais, em especial os municipais, que não raro, criaram espaços protegidos sem a delimitação acurada. O conhecimento acerca das UCNs não se restringe apenas à sua localização, mas também às restrições à mineração impostas no ato de criação ou no plano de manejo, como exemplo: a Lei Estadual que criou a APA da Bacia do Rio Macacu vedando a extração de areia e o Plano de manejo da APA Petrópolis que proíbe a instalação de novas pedreiras. O estudo em tela aborda as informações acerca das poligonais (áreas) de processos minerários inseridas nas áreas ambientalmente protegidas, listando, sempre que possível, as restrições existentes à atividade, utilizando os dados do Sig-Áreas do estado, programa usado pelo controle de áreas do DNPM na análise de qualquer requerimento. Atualmente são 159 UCNs cadastradas no Sig-Áreas do Rio de Janeiro, 76 delas de uso sustentável, 62 de proteção Integral e 20 com tipologias não estabelecidas no SNUC. Quanto aos resultados, esperava-se que nenhuma poligonal interferisse com UCNs de proteção integral e, no entanto, 176 interferências foram obtidas. Das 2124 interferências com unidades de Uso Sustentável, 45% possuem autorização para pesquisa mineral e 9% título autorizativo de lavra, estando as demais em fase de requerimento. A areia é a substância mineral de grande parte dessas interferências: 39%, seguida de saibro :19%, granito: 13% e água mineral: 12%. Em função desses números algumas recomendações para minimizar conflitos são aqui sugeridas, tais como: a comunicação contínua, acurada e em parceria com órgãos ambientais das três esferas; a observância das restrições à mineração impostas nos atos de criação das UCNs, bloqueando requerimentos se necessário; a divulgação das restrições no plano de manejo e a análise periódica, especialmente de interferências em proteção integral.

¹ Departamento Nacional de Produção Mineral - Informe Mineral - 2º/2016